



Parecer Jurídico

INTERESSADO: Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão/MA.

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO/MA, DE ACORDO COM CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. A matéria é trazida à apreciação jurídica com amparo no art. 38, inc. VI, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

I – DO PARECER:

Encerrado o certame, a Pregoeira, submeteu o processo licitatório ora em comento a esta Procuradoria, sugerindo a adjudicação com a consequente homologação do resultado à Empresa SHOPINFOR INFORMÁTICA LTDA, com fulcro no art. 43, inciso VI, da lei 8.666/93, para que depois dessa fase possa dar prosseguimento ao presente procedimento.

Trata-se de segundo parecer sobre o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de verificar todos os requisitos da fase externa do certame.

Nota-se que o primeiro parecer foi acerca dos requisitos exigidos em Lei para realização do certame, os quais já foram objeto de análise no parecer datado de 08 de fevereiro de 2017.

Assim me atento à análise do procedimento após o referido parecer, ou seja, a fase externa que até o presente momento possui no certame:

Aprovação da autoridade competente para início do processo licitatório, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;

Consta nos autos em versão original do Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL nº. 010/2017 - PMADM, tipo menor preço global por lote, rubricado em todas as folhas pela Pregoeira e equipe de apoio e, assinado pelo Prefeito Municipal, conforme art. 40, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

Alpina
Comissão Permanente de Licitação e Pregão
Água Doce do Maranhão

Alpina
Marcio Araujo Mourão
PROCURADOR GERAL

Marcio Araujo Mourão
PROCURADOR GERAL



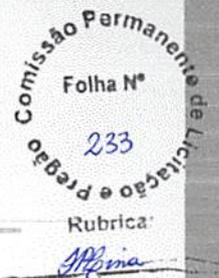
ESTADO DO MARANHÃO

Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM

Procuradoria Geral do Município – PGM

CNPJ: 01.612.339/0001-01

Rua Nazaré, S/N, Bairro: Centro Água Doce do Maranhão/MA CEP: 65.578 –000



Foram juntadas nos autos cópias da publicação do edital resumido no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e de aviso de licitação colocado no mural da Prefeitura Municipal de Paulino Neves, contendo nele a definição do objeto da licitação, indicação do local, dias e horários em que os interessados pudessem ler e obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação, restando cumprido os incisos I e II, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/2002. As publicações exigidas foram feitas no prazo previsto em Lei até o recebimento das propostas, observando assim o disposto no inc. V, do art. 4º, do Estatuto do Pregão e no art. 21, inciso I, alínea “B”, da Lei n.º 8.666/93.

Dessarte foram atendidos os incisos I, II, IV e V do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Após tais publicações podemos dizer que o procedimento licitatório passa a existir na Administração Pública, as quais ao meu sentir cumprem os princípios Administrativos bem como a Lei de Licitações 8.666/93.

Extrai-se dos autos que a empresa aqui descrita pela Razão Social retirou o edital junto a Comissão Permanente de Licitação e Pregão: **SHOPINFOR INFORMÁTICA LTDA.**

Segundo se depreende da Ata, foi realizada a sessão pública para recebimento das propostas no dia hora e local designados (02/03/2017 às 14h30mim) no instrumento convocatório, a Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio procederam a abertura do certame, efetuando o credenciamento, em conforme da com o item 4 do edital, tendo início as 10h:20mim e encerrando-se a 10h:30mim, quando a Pregoeira declarou aberta a sessão pública.

Ora, ato de credenciamento nada mais é do que a apuração da legitimidade de representação, momento em que o Pregoeiro verifica se o representante legal da licitante possui documento hábil que lhe confere poderes para imputar obrigações e exercer direitos e faculdades em nome da representada.

Foi realizado o credenciamento da única licitante presente a empresa **SHOPINFOR INFORMÁTICA LTDA**, através do respectivo representante o Sr. **KLEITON VINICIUS COSTA DA SILVA** a qual se identificou e comprovou a existência dos necessários poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame, seguida de assinatura na lista de presença.

Como a ata deve consignar, mesmo que em síntese apertada, os fatos efetivamente ocorridos na sessão pública, incumbe ao Pregoeiro, que descreva adequadamente o credenciamento,

Capitão de Polícia
Kleiton Vinicius Costa da Silva
Procurador Geral

Marcio Araújo Mourão
PROCURADOR GERAL



citando expressamente os representantes legais das licitantes, facilitando com isso os atos de controle interno, o que foi devidamente atendido.

Aberta a sessão, recolheram-se os envelopes de Propostas de Preços e Documentos de Habilitação (art. 4º, inciso VII, da Lei do Pregão). Além disso, foram apresentadas as declarações de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e de observância ao artigo 27, V, da Lei nº 8.666/93, decorrente da norma contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

A finalidade da exigência de apresentação da declaração em tela é evitar que empresas participem do certame sem cumprimento dos requisitos de habilitação, causando com isso transtornos, já que nessa modalidade de licitação as fases de classificação e habilitação são invertidas. A Lei do Pregão permite incluir no edital a exigência de que o licitante declare estar habilitado, e se ao final, por qualquer motivo, for inabilitado estará sujeito a penas como multas gravíssimas (art. 7º).

A pregoeira, assistida pela equipe de apoio, procedeu à imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, como a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento ou de execução.

A Pregoeira consignou em ata, considerou que a empresa SHOPINFOR INFORMÁTICA LTDA encontra-se com a proposta em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital (inc. VII, art. 4º, da Lei do Pregão, e no instrumento convocatório), que a mesma preencheu todos os requisitos exigidos, deliberando pela classificação da proposta.

Portanto, tem-se por observados os incisos VI e VII do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Na sequência da sessão como não havia empresas para competir na fase de lances verbais de que tratam os incisos VIII e IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002, a Pregoeira indagou da empresa classificada se haveria condição de ofertar um menor preço para o objeto da presente licitação, haja vista que é de praxe, tudo conforme determina o art. 4º, inc. XV, da Lei 10.520/2002.

Rezam os incisos X e XI do artigo 4º da Lei 10.520/02, in verbis:

Art. 4º - [...]

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para

Carimbo circular com nome de comissão e assinaturas manuscritas.

Assinatura manuscrita de Marcio Araujo Mourão
MARCIO ARAUJO MOURÃO
PROCURADOR GERAL



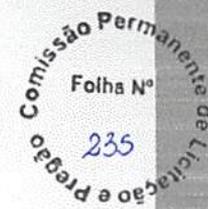
ESTADO DO MARANHÃO

Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM

Procuradoria Geral do Município – PGM

CNPJ: 01.612.339/0001-01

Rua Nazaré, S/N, Bairro: Centro Água Doce do Maranhão/MA CEP: 65.578 –000



Rubrica:

Alcino

fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

In casu, consoante Ata, na sessão pública, após a negociação de valores entre a Pregoeira e o licitante presente, O LICITANTE manteve a proposta inicial, a mesma, sendo aceita pela pregoeira.

Dessa forma, restou observado o disposto no inciso XI do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Ressalta-se que a proposta com o menor preço por item foi:

Item	Descrição	Qtde	Valor	Total
1	microcomputador processador dual core,hd de 500 memoria ddr3 4gb.monitor 15,6 led placa de rede teclado,mouse	30	2.615,00	78.450,00
2	microcomputador processador core i3,hd de 500 memoria ddr3 4gb,monitor 15,6 led,teclado,mouse placa de rede wi-fi	20	3.221,00	64.420,00
3	notebook processador dual core,hd de 500,memo-ria 4gb ddr3,teclado numerico	20	2.557,00	51.140,00
4	Notebook processador intel core i3, hd de 500 gb, memoria 4gb, rede wi-fi, tela 14.	40	3.297,00	131.880,00
5	impressora multifuncional,jato de tinta velocidade minima 30ppm preto,12ppm color,alimentador auto matico 8710	10	1.825,00	22.770,00
6	impressora jato de tinta velocidade de impressao minima 15ppm preto,6ppm color,alimentador auto-matico	15	1.518,00	22.770,00
7	impressora multifuncional laser impressao 20ppm, ciclo mensal 7.000 paginas 2540 brother	10	1.983,00	19.830,00
8	impressora laser impressao 15ppm ciclo mensal 4.000 paginas	10	1.840,00	18.400,00
9	impressora lase multifuncional compacto duplex impressao capacidade de 200 folhas.ciclo 5.000 conexoes de rede e wireless	4	3.642,00	14.568,00
10	roteador wireless,frequencia 2,4,modos ap,cliente wireless e wds	10	316,00	3.160,00
11	cabo de rede cat5	5000	2,07	10.350,00
12	conector rj45 8x8 plus cable	200	0,70	140,00
13	estabilizador 1000va biv/115/220	20	417,00	8.340,00
14	estabilizador 1500va biv/115/220	20	657,00	13.140,00
15	estabilizador 500va biv/115/220	20	257,00	5.140,00
16	estabilizador 300va biv/115/220	20	143,00	2.860,00
17	filtro de linha 6t 80cm	10	45,00	450,00
18	hd de 1tb sata	10	437,00	4.370,00

Handwritten signatures and stamps: Mariana de Paiva Lima, Antonio de Lima Santos, Carlos R. de Silva

Handwritten signature: Manoel Araújo Moura
MANOEL ARAÚJO MOURA
 PROCURADOR GERAL



ESTADO DO MARANHÃO

Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM

Procuradoria Geral do Município – PGM

CNPJ: 01.612.339/0001-01

Rua Nazaré, S/N, Bairro: Centro Água Doce do Maranhão/MA CEP: 65.578 –000

Comissão Permanente de Licitação e Pregão
Folha N°
236
Rubrica:
Marcio Mourão

19	hd de 500 sata	30	369,00	11.070,00
20	hd externo 1tb usb 2.0	10	529,00	5.290,00
21	modulo isolador 500va	5	424,00	2.120,00
22	monitor led 15,6 preto	10	524,00	5.240,00
23	monitor led 18,5 preto	10	599,00	5.990,00
24	mouse optico usb preto	50	20,00	1.000,00
25	teclado usb	50	47,00	2.350,00
26	nobreak back-up 2200 va aut/115	10	2.471,00	24.710,00
27	nobreak back-up 1500 va aut/115	10	1.044,00	10.440,00
28	nobraek back-up 400 va aut/115	10	389,00	3.890,00
29	fonte atx 500w	20	274,00	5.480,00
30	fragmentadora de papel	10	254,00	2.540,00
31	pen drive 32gb	100	125,00	12.500,00
32	pen drive 16gb	100	52,00	5.200,00
33	toner compativel com a impressora item 4	50	184,00	9.200,00
34	toner compativel com a impressora item 5	50	86,00	4.300,00
35	toner compativel com a impressora item 6	50	195,00	9.750,00
36	toner compativel com a impressora item 7	50	138,00	6.900,00
37	toner compativel com a imprssora item 8	50	275,00	13.750,00
38	adaptador wirelwss usb	112	92,00	10.304,00
39	nobreak 600va	40	473,00	18.920,00
40	cabo vga 1,8 mts	20	43,00	860,00
41	fonte blue case atx 230w	48	89,00	4.272,00
42	placa mae ddr3 1150	24	437,00	10.488,00
43	memoria ddr3 /2gb	24	168,00	4.032,00
44	processador dual core	24	477,00	11.448,00
45	microcomputador,processador celeron + ch,2gb memoria,de 500gb placa mae on board	10	1.725,00	17.250,00
46	roteador wireless 300mbps	10	343,00	3.430,00
47	case para hd de notebook	5	77,00	385,00
48	case para hd de desktop	5	180,00	900,00

Encerrada a etapa, foi aberto o envelope contendo a documentação da licitante vencedora, em conformidade com o art. 4º, XII, da Lei do Pregão, verificando a Pregoeira o atendimento às exigências do Edital. No cotejo entre os documentos listados no instrumento convocatório e os apresentados pela licitante vencedora, verifico o efetivo atendimento das exigências da lei interna do certame.

Dessarte, ante a boa habilitação da licitante classificada, esta foi declarada vencedora pela pregoeira, porquanto entendo plenamente atendidas as exigências legais e editalícias referentes à habilitação e à declaração do vencedor.

Haja vista, in casu, como só havia uma empresa concorrendo e não manifestou, no termino da sessão, interesse em interpor recursos contra as decisões tomadas pela Pregoeira, não havendo impugnações às propostas e aos documentos, importando na decadência do direito de recursos (art. 4º, inc. XX, da Lei 10.520/2002).

Cláudia da Silva
Cláudia da Silva
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Marcio Mourão
Marcio Mourão
PROCURADOR GERAL



Consoante o termo que se segue à ata, a Pregoeira segue com pedido para Procuradoria Geral do Município para parecer no tocante à adjudicação e homologação, à licitante vencedora, nos estritos termos do inc. XX art. 4º, da Lei do Pregão.

Segundo a melhor doutrina, a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no da conveniência.

Registro que a minuciosa análise acima realizada por essa assessoria jurídica constatou que a legalidade (conformidade com a Lei e com o Edital) foi estritamente observada em cada ato que integra o presente procedimento licitatório.

No que tange à conveniência apesar de ter apenas uma licitante, resta evidenciado que a proposta ofertada é vantajosa para a Administração.

In casu, a aferição da vantagem da proposta deve ser feita com relação ao preço, tomando por base os valores apostados pelo mercado diante da pesquisa previamente realizada.

Extrai-se da ata que o julgamento foi realizado em uma única sessão conduzida pela Pregoeira, com auxílio da equipe de apoio.

II – DA CONCLUSÃO

A análise acima evidencia que o processo licitatório está em ordem, que as disposições legais que regem a modalidade de licitação foram fielmente observadas e que a proposta apresentada na PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2017 – PMADM é vantajosa para a Administração.

Concluo, então, que foram atendidas as prescrições legais, não havendo mácula invalidante do presente procedimento licitatório.

Considerando o exposto e a conclusão *retro*, opino pela adjudicação e consequentemente pela homologação do resultado do objeto do PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2017 – PMADM à empresa SHOPINFOR INFORMÁTICA LTDA, com fulcro no art. 43, inciso VI, da Lei 8.666/93.

É o parecer.

Paulino Neves (MA), 03 de março de 2017.

Marcio
Marcio Assis Mourão
PROCURADOR GERAL

Procurador Geral do Município
Água Doce do Maranhão/MA

Marcio
Comissão Permanente de Licitação e Pregão
Água Doce do Maranhão/MA